

FICHA DO CONTRADITÓRIO

Avaliação da Intervenção da Cooperação Portuguesa no Setor da Educação na Guiné-Bissau (2009-2016)

Julho 2017

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹	ACEITE OU REJEITADA ²	EXPLICAÇÃO ³
Política de Cooperação			
1. Dar continuidade aos projetos implementados pela Cooperação Portuguesa na área da educação, cujo relevo é acentuado pela situação de fragilidade do país.	CICL – (em PT e na GB) Divisão da Cooperação e da Língua (num papel de coordenação de atores e co-definição estratégica) FEC e outras ONG especializadas no setor da educação (numa dimensão de operacionalização no terreno e co-definição estratégica) Universidades (apenas numa lógica de assessoria científica à distância c/ missões pontuais)		A Cooperação Portuguesa é o principal doador no país para o setor da educação. A continuidade dos projetos no âmbito da educação deve ser prioridade como forma de combate a pobreza. Uma maior articulação entre atores com diferentes competências é determinante para o sucesso das intervenções. Consideramos que operacionalização dos projetos deve ser realizada, em articulação com o MEES e outros atores chave na educação na GB (ex: Faculdade Direito de Bissau, Escola de Tchico Té) e operacionalizada por atores portugueses cuja experiência e qualidade já foi evidenciada como a FEC Na nossa ótica, para além dos setores em que já tem havido investimento, devem ser reforçados setores como a Educação de Infância e o Ensino Profissional.
2. Apoiar a consolidação da Língua Portuguesa, com particular relevo no setor da educação.	CICL –(em PT e na GB) Divisão da Cooperação e da Língua (num papel co-definição estratégica e assessoria em LP) FEC e outras ONG		A Língua Portuguesa é um dos eixos estratégicos dentro do setor da educação. As abordagens deverão ser diferenciadas em função dos públicos-alvo e partilhadas entre operadores. Incentivar a prática de estudos de investigação para obter evidências do trabalho realizado e

¹ Serviço/Organismo responsável por implementar a recomendação

² Indicar se a recomendação é aceite ou rejeitada.

³ No caso de aceitação, dizer o que o serviço vai fazer para implementar a recomendação. No caso de rejeição, explicar o motivo.

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹	ACEITE OU REJEITADA ²	EXPLICAÇÃO ³
	especializadas no setor da educação (numa dimensão de operacionalização no terreno e co-definição estratégica)		das dificuldades de disseminação da língua na Guiné-Bissau. Para além do trabalho com o Ministério da Educação e agentes educativos, consideramos ser pertinente, dado o contexto do país, trabalhar também a proficiência da LP em outros ministérios, institutos públicos e atores da sociedade civil. O investimento na língua deverá incluir uma abordagem em termos de meios de comunicação social e abordagens mais comunicativas para a sociedade em geral para maior e mais abrangente exposição à língua
3. Incentivar uma maior concertação das intervenções com outros doadores e/ou intervenientes, tendo em vista a coordenação e articulação das políticas e das atividades relativas à educação.	(Fábio)		Coordenação e trabalho conjunto estão em curso com o BM e UNICEF (Educação de Infância, advocacia de políticas) e com a DeLUE (ensino técnico-profissional). Proposta enviada à Cooperação Japonesa.
	MNE – SENECC CICL – Conselho Diretivo + Divisão da Cooperação Embaixada de Portugal na GB + Adido de Cooperação ONGs com dimensão/escala e expertise no setor da educação		Desenho de uma estratégia pluri-setorial, que possa ter como base uma visão sistémica, em que setores como a educação e a saúde possam ser reforçadas de um modo sustentável e contínuo, por outros setores como a segurança alimentar e agricultura. Identificar zonas geográficas estratégicas e a longo prazo para investimento da Cooperação Portuguesa em diversos setores. Captar os doadores para zonas geográficas (espécie de “cluster de ajuda ao desenvolvimento”) em regiões considerados estratégicos em termos de pobreza e segurança nacional e internacional. Reforçar a partilha de dados e informações entre doadores e atores da cooperação portuguesa numa lógica de articulação e colaboração e não numa lógica concorrencial. De referir que a FEC, na sua esfera de ação e influência, tem canalizado para estratégia da Educação da Cooperação Portuguesa parceiros importantes no sector como a Plan, ADPP, UNICEF e também UE

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹	ACEITE OU REJEITADA ²	EXPLICAÇÃO ³
<p>4. Dar visibilidade à Cooperação Portuguesa, demarcando-a dos promotores das intervenções específicas.</p>	(Fábio)		<p>No GLE e GLEPI a Cooperação Portuguesa está representada (a par da FEC). Os projetos UAP e licenciatura em LP também são conhecidos como projetos Camões. Noutros projetos é difícil obter visibilidade exclusiva, visto que a Cooperação Portuguesa não tem intervenção autónoma.</p>
	<p>CICL – Equipa de Comunicação ONG com intervenção na GB - Técnicos responsáveis pela área da comunicação</p>		<p>Identificar áreas fortes da cooperação portuguesa para visibilidade de conjunto da Cooperação Portuguesa (mas sem negligenciar os diversos atores intervenientes) a diversos níveis: intelectual, desenvolvimento e cooperação</p>
<p>Articulação com a Guiné-Bissau</p>			
<p>5. Melhorar a articulação das atividades com as autoridades da Guiné-Bissau, designadamente as do setor educativo, nomeadamente com o INDE, e de outros setores da Administração Pública. Um maior envolvimento facilitará uma melhor articulação de objetivos. Deve-se intervir sistematicamente junto das entidades nacionais, a fim de potenciar a articulação, a participação e a apropriação dos efeitos dos projetos.</p>			<p>A coordenação com o INDE é boa, poderia melhorar se o Camões disponibilizasse apoio institucional a este serviço. A coordenação com o MEESIC não melhorou significativamente, uma vez que a substituição de dirigentes políticos interrompeu de novo todos os processos de reforma em curso. Nesta altura, dada a situação de legitimidade questionável deste Governo, não é aconselhável iniciar novos esforços de coordenação direta mas sim continuar a recorrer à FEC.</p>
	<p>Embaixada de Portugal na GB + Adido de Cooperação ONG com dimensão/ escala e expertise no setor da educação</p>		<p>A recomendação deve incluir outras direções de serviço do Ministério da Educação, centrais para o sistema educativo: Direção Geral de Educação - DGE, GEPASE e Inspeção Geral de Educação. Dúvida do que se integra em “outros setores da Administração Educativa” relevantes para a educação. Os operadores no terreno (CP, sociedade civil) deverão planificar momentos comuns de forma a potenciar as sinergias e transparência, evitando duplicações.</p>

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹	ACEITE OU REJEITADA ²	EXPLICAÇÃO ³
			Considerando a fragilidade e instabilidade política do país, consideramos ser pertinente manter na estratégia do CICL, a combinação de representação e articulação direta com o Estado Guineense, mas também apoiar e reforçar a representação e intervenção via a sociedade civil (nomeadamente com ONG com dimensão e intervenção direta com organismos públicos e no caso concreto da FEC com o Ministério da Educação e o Ministério da Mulher, Família e Solidariedade Social), de modo haver sustentabilidade e continuidade das intervenções em momentos de crise política/diplomática
6. Articular sistematicamente com o MEN os projetos e intervenções, respeitando as competências atribuídas às suas estruturas. Contar com perfis diferenciados de agentes da cooperação para as múltiplas atividades da Cooperação Portuguesa e que atendam igualmente aos perfis dos interlocutores guineenses. Os técnicos portugueses devem ter um perfil em correspondência com a hierarquia dos seus interlocutores guineenses.			São necessários assistentes técnicos e apoio institucional a serviços críticos do MEESIC, contratados diretamente pelo Camões. Mas aplica-se aqui a mesma reserva de oportunidade política feita no ponto anterior.
	Embaixada de Portugal na GB + Adido de Cooperação ONG com dimensão/escala e expertise no setor da educação		De acordo No que diz respeito às assessorias técnicas consideramos que estas devem ser constituídas com uma base sustentável e de permanência no terreno. A quando da intervenção de assessorias científicas estas devem ser mediadas por organizações e técnicos que permanecem no país.
7. Garantir, desde o início, os requisitos necessários à implementação de projetos que provoquem alterações estruturantes no sistema educativo (ex: reconhecimento da formação em serviço de professores, para efeitos do acesso ou progressão na carreira docente).			Este é talvez o problema mais complexo do setor, associado à clarificação dos critérios de acesso e progressão na carreira, mas o MEESIC tem-se mostrado imune a advocacia e pressões. Foi incluída esta contrapartida no Protocolo do PARSE 2016-17, que está ainda por assinar. A solução possível parece ser veicular, pelo menos, as formações em LP através de um curso/projeto que já teve reconhecimento pelo MEESIC: o projeto

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹	ACEITE OU REJEITADA ²	EXPLICAÇÃO ³
	<p>Embaixada de Portugal na GB + Adido de Cooperação</p> <p>ONGs com dimensão/escala e expertise no setor da educação</p>		<p>UAP.</p> <p>Consideramos pertinente mas pouco realista, dado o contexto de fragilidade e instabilidade política que infelizmente tem caracterizado a GB desde a sua independência.</p> <p>Consideramos que se deve naturalmente investir em processos estruturantes (sendo que na nossa análise estes são mais abrangentes do que aqueles apontados nos exemplos mas que estes processos devem decorrer em paralelo com intervenções/ projeto em áreas consideradas como pertinentes. Assumir que são pré-requisitos para a intervenção pode conduzir à “paralisação” das intervenções da Cooperação Portuguesa</p>
<p>8. Considerar como objetivo a criação e a aplicação de legislação fundamental (por exemplo sobre o perfil do diretor da escola, ou ainda sobre a certificação da formação em serviço).</p>	<p>Embaixada de Portugal na GB + Adido de Cooperação</p> <p>ONGs com dimensão/escala e expertise no setor da educação</p>		<p>De acordo. Com a ressalva apresentada no ponto anterior.</p>
<p>Organização e Gestão do Projeto</p>			

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹	ACEITE OU REJEITADA ²	EXPLICAÇÃO ³
<p>9. Clarificar prioridades e concentrar esforços em áreas estratégicas, tendo em conta a limitação de recursos existentes e ainda condicionalismos de outra natureza, como os geográficos. Neste sentido, no caso da formação de professores, poderá optar-se por investir na formação inicial de docentes, onde existam instituições para o efeito. No caso da formação de professores em serviço, poderá organizar-se a mesma em polos de formação com condições adequadas.</p>			<p>Apenas uma abordagem de setor, com múltiplas dimensões de intervenção, poderá garantir uma resposta eficaz aos problemas sistémicos de qualidade da aprendizagem. Mas não há dúvida de que o apoio à formação inicial é uma lacuna da cooperação portuguesa.</p>
	<p>MNE – SENEK</p> <p>CICL – Conselho Diretivo + Divisão da Cooperação</p> <p>Embaixada de Portugal na GB + Adido de Cooperação</p> <p>ONG com dimensão/escala e expertise no setor da educação</p>		<p>Concentrar esforços em áreas estratégicas é fundamental. O desenho de modelo formativo na educação deve ser mais macro e identificar os subsetores que a Guiné-Bissau e Portugal consideram estratégicos. Implica alargar na recomendação a formação de outros agentes educativos (educação de infância, direção de escolar) e clarificar quais os níveis de ensino a intervir nos próximos 5 anos (ensino básico? Em que ciclo? (1º, 2º; 3º) Que intervenção no ensino secundário?</p> <p>Na nossa análise importa não tomar decisões a curto prazo e de forma reativa ou com pouca evidência/dados. Na nossa análise este ponto requer uma discussão mais estratégica, profunda e a médio-longo prazo com o MEES eventualmente com a facilitação externa de peritos na matéria.</p>
<p>10. Aprofundar a política de recolha e tratamento sistematizado de informação, em relação à gestão dos vários projetos e programas, de um modo geral, e em</p>	<p>CICL – equipa de avaliação, Divisão da Cooperação</p> <p>ONG com expertise no setor da educação</p>		<p>De acordo. Importante identificar indicadores chave comuns para todos os projetos da Cooperação Portuguesa no setor da educação em linha com as tendências internacionais neste âmbito. Dever-se-á igualmente garantir a recolha de outros indicadores mais específicos</p>

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹	ACEITE OU REJEITADA ²	EXPLICAÇÃO ³
relação a cada uma das atividades, nomeadamente quanto a indicadores de progresso.			por projeto. Para que sejam indicadores realistas e com adesão à realidade deverão ser acordados de forma concertada com atores no âmbito da Educação incluindo o MEES
Vertente Científico-Pedagógica			
11. Intervir de forma sistémica, focada em unidades educativas (jardins, escolas), com objetivos alcançáveis e globais. Devem ser criados modelos de referência, tais como escolas-piloto, que possam ser replicados por outros atores do sistema educativo e que deem orientações claras ao sistema educativo.			Está a ser feito em Educação de Infância e gestão e administração escolar. Mas o sistema educativo não tem capacidade para disseminar e aplicar orientações claras, por falta de liderança política e de responsabilização.
	Embaixada de Portugal na GB + Adido de Cooperação ONG com dimensão/escala e expertise no setor da educação		Genericamente de acordo. No entanto na nossa análise este ponto requer uma discussão mais estratégica, profunda e a médio-longo prazo com o MEES eventualmente com a facilitação externa de peritos na matéria. Uma aposta focada em unidades educativas implica diminuir necessariamente a escala e abrangência da intervenção. De notar que o MEES tem referido também que considera que esse tipologia de intervenção direta nas escolas, como da sua responsabilidade direta. Esta recomendação cruza em certa medida também com a recomendação nº 16 sendo a esse necessário instrumentos de avaliação e monitorização de escolas/JI assim como de alunos que sejam desenvolvidos em conjunto com o MEES e posteriormente integrados pelo próprio MEES
12. Incentivar sempre a proficiência em Língua Portuguesa. Neste sentido, qualquer projeto de intervenção deve incluir a formação em Língua Portuguesa, assente em conceções e materiais	CICL (em PT e na GB) Divisão da Cooperação e da Língua (num papel co definição estratégica e assessoria em LP) FEC e outras ONG		De acordo. Importante clarificar se se aplica o Novo Acordo Ortográfico na GB. Os modelos e abordagens metodológicas deverão ser adaptados aos públicos-alvo (exemplo: formandos com qualificações de 6ª classe; técnicos do Ministério, ...)

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹	ACEITE OU REJEITADA ²	EXPLICAÇÃO ³
pedagógicos atualizados.	especializadas no setor da educação (numa dimensão de operacionalização no terreno e co-definição estratégica)		
13. Articular a formação contínua e em serviço de professores, e direcioná-la a perfis específicos de docentes, realizando formação diferenciada para professores habilitados com formação inicial e sem formação inicial, e por níveis de ensino.	(Fábio)		Não é possível sem um quadro de referência comum para a formação em serviço e contínua, isto é, sem regulamentação do ECD no que respeita à formação de professores. Já foi tentado pelo PEQPGB, sem resultado.
	FEC e outras ONG especializadas no setor da educação com papel de implementação de projetos/programas		De acordo e já implementada pela FEC no âmbito do PEQPGB.
14. Apetrechar as escolas com material pedagógico e fazer sensibilização para o recurso a materiais digitais acessíveis também através de aparelhos móveis.	(Fábio)		De acordo para apetrechamento de escolas. A dimensão digital deverá contemplar orçamentos para equipamento informático e instalação de internet em Polos educativos agregadores de recursos humanos
15. Acompanhar as intervenções por uma atividade sistemática de análise e reflexão sobre as mesmas e avaliar os projetos nas vertentes qualitativa e quantitativa.	CICL (em PT e na GB) Divisão da Cooperação FEC e outras ONG especializadas no setor da educação		De acordo. Uma forma concreta de operacionalizar esta recomendação é tornar uma realidade os comités de acompanhamento de programas (CAE) para que possam ter um papel de análise, aprendizagem e reflexivo e não apenas reativo e de resposta a problemas
16. Assumir como meta dos projetos a aprendizagem dos alunos e não apenas a formação docente dos agentes educativos.			Era uma exigência do QL do PEQPGB, que a FEC disse não ter condições para cumprir. O Camões IP poderá decidir condicionar os desembolsos a evidências de que esta exigência está a ser cumprida ou procurar implementá-la, contratando uma UGP para coordenar diretamente as intervenções em educação.

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹	ACEITE OU REJEITADA ²	EXPLICAÇÃO ³
	<p>CICL – equipa de avaliação, Divisão da Cooperação</p> <p>ONG com expertise no setor da educação</p>		<p>De acordo, sendo que consideramos que a deverá ser faseado e que a sua pertinência e exequibilidade depende também da tipologia e abordagem preconizada no projeto. Consideramos que numa primeira fase a aprendizagem dos alunos deveria ser integrada como um indicador mas não como uma meta (salvo em projetos com abordagem integrada profunda ao nível das escolas)</p> <p>Deverão ser incluídos nos projetos, uma rúbrica para avaliação que integra a conceção de abordagem instrumentos para avaliação de impacto e nomeadamente instrumentos de recolha de aprendizagem e desenvolvimento das crianças (em articulação com o MEES para que não haja duplicação de indicadores.</p>